



O TRABALHO DO CUIDADO: DA CENTRALIDADE DA VIDA À EXPLORAÇÃO

Carla Apenburg Trindade¹
Laiany Rose Souza Santos²
Thais Moura dos Santos³

RESUMO

O cuidado se estende nas diversas esferas da sociedade e é responsável pela manutenção da vida. Porém, no modo de produção capitalista esse é visto como uma atribuição feminina e por isso invisibilizado e desvalorizado, um dos resultados visíveis da divisão sexual do trabalho e da ideologia patriarcal. Nessa direção, o presente artigo objetiva debater especificamente sobre o cuidado, revisando teoricamente tal categoria no sentido contraditório e combinado que adquire em perspectivas antagônicas: enquanto centralidade da vida a partir da agroecologia e como trabalho não pago, explorado sob os moldes capitalistas. Para direcionar tal análise, em um contexto de escrita coletiva, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa de fontes bibliográficas, a leitura e interpretação de materiais como livros, artigos científicos de revistas e jornais, dissertações, teses e dossiês que abordavam sobre a condição da mulher na sociedade de classes, o modo de produção capitalista, trabalho, cuidado e agroecologia. Evidenciou-se que o cuidado é funcional ao sistema socioeconômico, pois o trabalho (não pago) do cuidado produz material e imaterialmente a realização da vida, gerando maior acumulação de riqueza à classe dominante, ao mesmo tempo em que no projeto de sociedade pensado pela agroecologia o cuidado é considerado revolucionário, sendo responsável pelo enfrentamento ao modelo do agronegócio, pela conservação da natureza e pela construção de relações sociais equânimes.

Palavras-chave: Trabalho, Cuidado, Agroecologia.

RESUMEN

El cuidado se extiende a diferentes ámbitos de la sociedad y se encarga de mantener la vida. Sin embargo, en el modo de producción capitalista esto es visto como una atribución femenina y por lo tanto invisible y devaluado, uno de los resultados visibles de la división sexual del trabajo y de la ideología patriarcal. En esta dirección, este artículo pretende discutir específicamente sobre el cuidado, revisando teóricamente esta categoría en el sentido contradictorio y combinado que adquire en perspectivas antagónicas: como centralidad de la vida desde la agroecología y como trabajo no remunerado, explorado bajo los moldes capitalistas. Para orientar este análisis, en un contexto de escritura colectiva, utilizamos como procedimientos metodológicos la

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe - UFS, apenburget@gmail.com;

² Professora Doutora do Departamento de Geografia de Itabaiana - Universidade Federal de Sergipe – UFS, laiany.santos@gmail.com;

³ Mestra do Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe – UFS, thaistharlys@gmail.com;



búsqueda de fuentes bibliográficas, la lectura e interpretación de materiales como libros, artículos científicos de revistas y periódicos, disertaciones, tesis y dossiers que abordaban la condición de la mujer en la sociedad de clases, el modo capitalista de producción, trabajo, cuidado y agroecología. Se evidenció que el cuidado es funcional al sistema socioeconómico, ya que el trabajo de cuidado (no remunerado) produce material e inmaterialmente la realización de la vida, generando mayor acumulación de riqueza para la clase dominante, al mismo tiempo que el proyecto de sociedad concebido por el cuidado de la agroecología se considera revolucionario, siendo responsable de enfrentar el modelo del agronegocio, de la conservación de la naturaleza y de la construcción de relaciones sociales equitativas.

Palabras clave: Trabajo, cuidado y agroecología

O CUIDADO NA CENTRALIDADE DA VIDA

Cuidar é verbo de ação, que nós mulheres conhecemos bem. Desde os primórdios da história, nos atentamos, sobre as diversas maneiras de executar este trabalho, seja em relação a terra e toda a biodiversidade que dela – por meio do seu manuseio – nasce, seja em torno dos frutos de nossos ventres (e de outras mulheres), braços e palavras⁴.

Num contexto histórico que se entrelaça a estrutura simbiótica Capitalismo-Patriarcado-Racismo, as hierarquias de poder são demarcadas, inclusive, em aspectos inalienáveis da vida, como o cuidado. Ao passo que o modo de produção se formava e conformava como tal, o trabalho do cuidado passou a ser entendido enquanto “atividade”, esvaziando-se ideologicamente do sentido ontológico de trabalho.

Consequentemente, o trabalho doméstico – nesse incluímos o cuidado – se generifica, uma vez que é realizado primordialmente por mulheres devido à atribuição deste a condição feminina de realização “nata”. A desvalorização do trabalho de cuidado encontra sua base no caráter submisso que as sociedades ao longo da história traçaram para as mulheres por meio da ideologia patriarcal, elevando assim, intencionalmente, o trabalho excedente feminino, necessário a manutenção do modo de produção capitalista (SAFFIOTI, 2013).

Características como a docilidade, a capacidade de organização e compreensão são atribuídas às mulheres, e de forma estratégica condicionam o “lugar da mulher” na

⁴ Nesta perspectiva, inserimos o cuidado enquanto instância de trabalho generificada e, portanto, familiar às mulheres não somente no sentido de gerar, parir e educar crianças, mas também na responsabilidade de maternagem (cuidado) de bebês e crianças de outras mulheres, para com os idosos, pessoas adoecidas, domicílios e comunidades.



esfera do trabalho, “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599).

Assim, este estudo tem sua justificativa na amplitude social que o cuidado logra ao longo da história, uma vez que “em los cuidados se expresan relaciones assimétricas de poder atravessadas por el género, la edad, la raza, la etnia y la clase social” (ACUÑA, 2020, p.124), sendo primordial a discussão desta temática para compreender a dinâmica da realidade em suas diferentes bases.

Dessa maneira, nos propomos através deste artigo debater especificamente sobre o cuidado, revisando teoricamente tal categoria no sentido contraditório e combinado que adquire em perspectivas antagônicas: enquanto centralidade da vida a partir da agroecologia e como trabalho não pago, explorado sob os moldes capitalistas.

O CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO

O percurso para elaboração deste estudo teve seu início na realidade material que estão envolvidas as autoras, pois “não é a consciência do homem que determina a sua existência, mas, ao contrário, sua existência social é que determina a sua consciência” (MARX, 1859, p. 339), como na nossa condição de mulher (categoria de articulação política⁵) em que o cuidado está arraigado, debruçar-se sobre essa temática é um passo na transformação da sociedade.

Haja vista nosso entendimento de que no processo de construção do conhecimento teórico, a relação sujeito/objeto não pode ser compreendida enquanto uma externalidade, ou seja, sujeito está implicado no objeto – contrariando a premissa da neutralidade científica⁶ –, bem como que a teoria tem a comprovação de sua veracidade na própria prática social histórica, adotamos o materialismo histórico e dialético como método analítico de pesquisa.

Através deste conduziu-se a seleção das fontes de pesquisa bibliográfica, a fim de buscar no aporte teórico a base necessária para compreender os conceitos, categorias

⁵ A compreensão de mulher assumida neste estudo envolve o conjunto das mulheres em sua heterogeneidade e, portanto, tratamos como categoria de articulação política, e não definição de gênero.

⁶ “Que tempos são estes que se faz necessário defender o óbvio?” Bertold Brecht (1898 -1956).



e teorias necessárias às reflexões acerca do objeto e temática estudada em sua profundidade.

Dessa forma, realizamos a coleta de materiais como livros, artigos científicos de revistas e jornais, dissertações, teses e dossiês que abordavam sobre a condição da mulher na sociedade de classes, o modo de produção capitalista, trabalho, cuidado e agroecologia.

Também explana-se a experiência da agroecologia que transcende práticas saudáveis e relações equitativas, revelando-se uma possibilidade de autonomia e articulação política, apresentada desde a experiência das organizações de mulheres no Sertão Sergipano.

A escrita coletiva foi desafiadora em tempos de pandemia e restrições de contato, ampliando o leque de sobretrabalho que recai sobre a mulher, mas na certeza da necessidade de trazer a discussão o tema do cuidado, invisibilizado como trabalho, porque quando pautamos e damos os nomes evidenciamos tal condição. E quando “existem”, no sentido de serem vistas (evidenciadas), que aguçam-se processos de transformação de consciência (e de sociedade).

APORTE TEÓRICO: O PENSAR COLETIVO QUE SUSTENTA NOSSA CAMINHADA

O cuidado, considerado enquanto elemento central do bem estar-social, também se constitui a principal esfera de exploração do trabalho feminino, assim servindo de aporte teórico e político para se pensar uma economia alternativa feminista na América Latina e no mundo – a partir do aprofundamento sobre a temática do trabalho e divisão sexual do trabalho –.

Dessa forma, baseadas em Bengoa (2017), compreendemos que há, sobretudo, quatro formas analíticas sobre o cuidado: a perspectiva do bem-estar social pautado pela sociologia; entendendo-o enquanto um direito; com ênfase na ética do cuidado por meio da psicologia social e antropologia; e através da economia feminista. Este último é onde pautamos nossa pesquisa.

Nesse percurso, os primeiros debates dentro da perspectiva da economia feminista trazem a centralidade para o reconhecimento do trabalho doméstico enquanto



trabalho, visibilizando, portanto, as contradições que o permeia. Simultaneamente, o conceito de sustentabilidade da vida, é utilizado para afirmar a centralidade do cuidado numa perspectiva de transformação social, estabelecendo para a sociedade, bases mais equitativas.

• Divisão Sexual do Trabalho: Capitalismo e exploração das mulheres através da reprodução

Primeiramente, afirmamos que para o trabalho de cuidado ser lido através da face de exploração das mulheres é necessário apontar o imbricamento da ideologia de submissão feminina pelo Patriarcado à racionalidade do modo de produção capitalista: mercadorizar tudo e todos e inferiorizar a fim de subjugar o que não é passível de valorização dentro de sua lógica.

Engels (1977) em A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado nos elucida bem este processo de entrelaçamento entre Patriarcado e Capitalismo, uma vez que através da efetiva construção da base material da dominação e controle societária que surgia a partir da dissolução da Gens, instaurando o novo modo de produção e reprodução, são realçadas as contradições e antagonismos próprios das formas sociais que envolvem o sociometabolismo do Capital.

A condição da mulher na sociedade de classes demonstra como a estrutura econômica é determinante, mas, também como a forma ideológica é primordial para “domesticar” a mão de obra feminina aos ditames do setor produtivo capitalista. A difusão social da natureza de subordinação e inferioridade feminina através dos aparelhos ideológicos do Estado é crucial para a exploração do trabalho (produtivo e reprodutivo) das mulheres.

Pensando nisso, Saffioti (1976) designa o trabalho enquanto o momento privilegiado da práxis, por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si. É certo que o trabalho é central na vida humana, no entanto, esse é dividido de acordo com o sexo, e a isso chamamos de divisão sexual do trabalho.

É imprescindível entender que mesmo o trabalho sendo determinado a partir de diferentes formas, a julgar o tipo estrutural de sociedade a qual este se insere, quando pautamos a força de trabalho das mulheres, esteja fundamentada na propriedade privada



dos meios de produção sob a lógica do capitalismo ou sobre bases pré-capitalistas, esta assenta-se diversa - e desigualmente - em relação à masculina.

Dessa maneira, esta análise incube-se da formação econômica social do modo de produção capitalista para pontuar as determinações de sexo, centrais na perspectiva do cuidado sobre a lógica da divisão do trabalho. Entendemos portanto que essas se apresentam enquanto uma determinação comum que “[...] serve às determinações essenciais de cada uma das configurações estruturais histórico-sociais, fornecendo-lhes cobertura” (SAFFIOTTI, 2013, p. 329) e não como uma forma de inibir a percepção da essência do sistema produtivo.

Portanto, a divisão sexual do trabalho atua enquanto qualificador para acumulação de capital, uma vez que o sistema hierarquiza o trabalho – o trabalho do homem como o que mantém a família, e o da mulher como ajuda econômica – no intuito de explorar de múltiplas formas as mulheres (e também os homens), como afirma Safiotti:

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (1976, p.36).

Esse é um dos fatores que contribuem para a opressão econômica da mulher, “a forma mais significativa da divisão sexual do trabalho é a que se faz entre o trabalho doméstico [...] e o trabalho assalariado pelo capital” (BOTTOMORE, 2001, p. 384).

Algumas autoras ao discutirem o trabalho doméstico apresentam-no como “trabalho improdutivo”⁷, aquele que não produz sobrevalor (mais-valia) para acumulação do capital. Visto que “o trabalho doméstico é responsável pela produção de valores de uso dentro do lar, para consumo direto dos membros da família do produtor, produção essa que contribui para a reprodução da força de trabalho” (BOTTOMORE, 2001, p. 384).

⁷ Entendemos que a diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo se dá numa análise capitalista das relações em que há necessidade de produzir valor, sendo abordado como segundo plano a produção e reprodução da vida, dos valores de uso, o trabalho em torno das tarefas do lar e cuidado.



Entretanto, é necessário compreender que o trabalho reprodutivo, não está dissociado do circuito capitalista, pelo contrário, é incorporado ao mercado tornando-se a condição basilar da reprodução diária do trabalhador – em sua maioria homens – assalariado no setor produtivo. Assim, na própria condição de exploração da classe trabalhadora, por meio da venda de sua força de trabalho e também da anexação do trabalho reprodutivo da mulher, as engrenagens do capital movimentam-se, no seu sentido metabólico: a acumulação de lucro.

Dessa forma, compreendemos o trabalho a partir da concepção materialista da história, baseado nas formulações de Engels, ao afirmar que “a força determinante na história é a produção e a reprodução da vida imediata”. Neste sentido, o cuidado se insere enquanto a reprodução implicada na produção, pois mesmo que às mulheres seja designada a esfera privada da vida, seu trabalho é incorporado de várias formas no setor produtivo.

Segundo Federici (2019) citando Costa (1972):

[...] a fábrica é igualmente o lugar onde é incorporado o trabalho das mulheres que não aparecem ali e que transferiram seu trabalho aos homens que lá estão [...] a escola também incorpora o trabalho das mulheres que não aparecem ali, mas que transferiram o seu trabalho aos alunos que retornam todas as manhãs alimentados, bem cuidados e com a roupa passada pela mãe (FEDERICI apud COSTA, 2019, p. 68).

A imposição da reprodução às mulheres sustenta sua exploração em várias esferas da vida: O mercado capitalista é uma dessas. O fetiche ideológico em torno das funções tidas enquanto femininas, incute às mulheres a necessidade em suprir o trabalho historicamente designado a si, submetendo também à exploração sua capacidade produtiva às bases mais desiguais possíveis – haja vista a maior presença das mulheres em funções consideradas subalternas no setor produtivo, recebendo menores salários que os homens mesmo em cargos iguais –.

Essa condição procura justificar-se na pretensa instabilidade emocional, bem como suposta fragilidade e debilidade física das mulheres fazendo com que o trabalho feminino adquira um caráter subsidiário e assim, torne-se um “[...] elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 330).



Dessa maneira, as características estereotipadas de gênero, produto da lógica patriarcal de submissão feminina, são estrategicamente incorporadas e reforçadas a partir de critérios irracionais⁸ oportunos à racionalidade do capital. Em vista disso, nas sociedades de capitalismo desenvolvido percebe-se, a alguns anos, significativa alteração no categórico encarceramento das mulheres na esfera privada do lar, uma vez que sua força de trabalho está, cada vez mais, sendo requisitada na esfera pública e setores produtivos.

A tessitura não linear da história nos mostra, inclusive ao observarmos a crescente exigência - pautada, principalmente, dentro dos movimentos feministas de cunho liberal - da maior presença das mulheres na esfera pública do trabalho, a ironia de tal reivindicação, ao passo de que se omite ilusória (e convenientemente) o seguinte questionamento: Não estaríamos, pois, reivindicando nossa própria exploração, ou senão seu aprofundamento, ao clamar nossa inserção nos postos de trabalho sob a lógica destrutiva do produtivismo capitalista?

Saffioti (2013) nos demonstra a ingenuidade de se ater a aparência dos fatos ao passo que, com isso, se obscurece a essência dos processos:

O invólucro ideológico das sociedades capitalistas induz, pois, à crença de que o número de mulheres economicamente ativas se eleva à proporção que o desenvolvimento econômico-social vai sendo alcançado. Na verdade, o movimento do real, nas sociedades capitalistas, se faz no sentido inverso ao verdadeiro movimento da força de trabalho feminina efetiva. A constituição histórica da formação econômico-social capitalista representa a absorção de crescentes números de mulheres no sistema dominante de produção de bens e serviços apenas até certo ponto (SAFFIOTI, 2013, p. 231).

Ou seja, quando conveniente, a fim de baixar os custos de produção - necessidade que advém do imperativo de elevar o ritmo do crescimento econômico - a mão de obra feminina é empregada, angariando lucros (através da produção de mais-valor, permeada também pelo ideal que caracteriza as mulheres enquanto politicamente passivas, assim diminuindo qualquer possibilidade de atitude

⁸ O sentido aqui integrado diz respeito às contribuições de Mannheim (1954) sobre a irracionalidade substantiva.



reivindicatória destas sobre as condições subumanas de exploração a quais estão submetidas) responsáveis por tornar a classe dos capitalistas cada vez mais rica.

Esse processo não se dissocia e está no cerne dos fundamentos da acumulação de capital, pois mesmo:

Nos limites estruturais do capitalismo, a força de trabalho feminina representa, pois, dadas as condições de sua maior espoliação no sistema produtivo dominante e sua grande vinculação com as formas não dominantes e já superadas de produção de bens e serviços, às forças do passado histórico das sociedades que, redefinidas e reexploradas, operam como fatores sociais construtivos da nova estrutura econômica (SAFFIOTI, 2013, p. 333).

Assim, expõe-se uma contradição: ao mesmo tempo em que a socialização das mulheres sobre a lógica do Patriarcado é útil ao sociometabolismo do capital que incorpora à esfera produtiva, convenientemente, o trabalho reprodutivo e de cuidado (não pago) realizado por estas na esfera privada do lar, esse mesmo modelo de “ser mulher” convencionalizado socialmente por meio da ideologia patriarcal se apresenta como um entrave à absorção direta da força de trabalho delas na esfera pública produtiva, uma vez que o perfil de trabalhador exigido no jogo de uma economia de mercado, pouco condiz com os atributos pactuados como femininos.

Esse caráter “anticapitalista” aparente que as mulheres evocam:

[...] constitui justamente um dos fatores mais propícios ao desenvolvimento das economias de livre iniciativa [...] A marginalização de grandes contingentes femininos do sistema dominante de produção de bens e serviços transforma-os em força de trabalho potencial para esse sistema e, portanto, em reguladores dos salários da mão de obra efetivamente nele empregada. (SAFFIOTI, 2013, p. 334-335).

Portanto, ao mesmo tempo em que a socialização patriarcal das mulheres atende, e é estrategicamente incorporada aos ditames da lógica capitalista sob a égide da sociedade de classes e da propriedade privada, também se traduz em um empecilho que, prontamente tem que ser transposto para que a racionalidade do capital continue sua função: a acumulação via exploração da força de trabalho de homens e mulheres aptos para tal.

Assim, partindo do próprio contexto de exploração do trabalho das mulheres, nascem formas de resistência ao modo de produção capitalista. Um exemplo disto é o fomento de relações sociais equitativas e justas e de cuidado com a natureza, a terra e a



biodiversidade através da produção agroecológica e camponesa. É no intuito de demonstrar como o cuidado, sob perspectivas não-capitalistas, faz parte da centralidade da vida, e não de sua destruição, que construiremos o tópico a seguir.

• Agroecologia e cuidado: As mulheres enquanto guardiãs da vida

O fazer agroecológico comparece enquanto prática laboral, que é embasado em elementos científicos, políticos e nos conhecimentos ancestrais dos povos das águas, das florestas e dos campos. Em essência a agroecologia permite ao ser humano compreender-se enquanto parte da natureza, sendo capaz de usufruir dos seus bens comuns sem ter como premissa uma relação de domínio.

Para Guzmán (2001) a produção agroecológica estabelece uma relação dialógica horizontal, que valoriza os sujeitos, os saberes e culturas que historicamente viveram à margem, bem como, busca romper com todas as relações de poder imbricadas nas diversas esferas da sociedade. É nesse trilhar que a agroecologia se mostra como um campo de valorização do trabalho das mulheres, essas que são notoriamente Guardiãs da vida e da biodiversidade, detentoras de conhecimentos ancestrais, que estão cotidianamente presentes nas atividades da agricultura familiar.

Emma Siliprandi em sua tese intitulada “Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos na agricultura familiar” (2009), destaca a fundamental contribuição das mulheres nas construções agroecológicas em seus aspectos práticos e políticos, elas estão presentes na construção de experiências em todas as regiões do país, nos mais diferentes contextos socioambientais, apoiando e fortalecendo as organizações locais e suas lutas. A supracitada autora, ainda pontua que quase sempre são as mulheres as primeiras incentivadoras das iniciativas para a conversão de produções convencionais para o modelo agroecológico.

O modo de fazer agricultura empreendido pelas mulheres é aquele praticado primeiramente para prover o alimento para a família, dessa forma, essa produção é realizada sem o incremento dos produtos advindos do pacote tecnológico (agrotóxicos e sementes transgênicas), geralmente em sistema de integração entre o quintal, os arredores de casa, roçados e outras formas de produção. Nesses espaços, as mulheres



cultivam e beneficiam uma enorme variedade de frutas, hortaliças, vegetais, grãos e ervas medicinais.

Para Madeley (2003), as mulheres não só cultivam alimentos, elas são sempre responsáveis por satisfazer as necessidades alimentícias e de saúde de suas famílias. Essa afirmativa é muito importante para visibilizar o quanto de cuidado é empreendido pela mulher no âmbito familiar. A grande diferença, é que dentro da agroecologia o cuidar é visto como um trabalho valioso, responsável pela produção, reprodução e conservação da vida em nosso planeta.

É revolucionário como no contexto da agroecologia, o trabalho feminino se liga diretamente a construção de empoderamento e autonomias, sendo também um contributo importante para a superação do discurso de subalternidade que visa excluir e silenciar as mulheres. Nesse sentido, concordamos com Costa (2009), quando ela afirma que defender que as mulheres contribuem para a conservação e manejo da biodiversidade e reconhecer esse papel desempenhado, é essencial para valorizar suas práticas, reconhecendo a importância de seu trabalho como protagonista no cuidado com a terra, com o bem-estar da família e da comunidade.

Moraes e Fonseca (2018) defendem que a agroecologia é um movimento que contribui sobremaneira no resgate do espaço que a mulher possui na agricultura. Para além disso, recupera o lugar do ‘Sagrado Feminino’ daquela que é provedora da vida, em sua relação com a natureza e com seus saberes de seus ancestrais. Por fim, é imprescindível salientar que a agroecologia construída desde as práticas cotidianas das mulheres é uma trincheira de enfrentamentos e resistências às imposições do modelo de produção capitalista-patriarcal-racista.

• Experiências agroecológicas “tocadas” por mulheres no Sertão sergipano

A agroecologia se expressa como um movimento de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante e seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos. Dessa forma, em essência representa a luta de camponeses e camponesas pela autonomia frente ao capital e ao agronegócio. Teoricamente esse contexto deveria conferir aos processos agroecológicos um caráter emancipatório para todos os sujeitos envolvidos em sua construção. Todavia, quando aprofundamos a análise com relação à



condição da mulher camponesa, observamos que muitas vezes os projetos e iniciativas com uma perspectiva agroecológica não avançam em suas propostas de emancipação das mulheres camponesas, que, na maioria das vezes, são desvalorizadas e invisibilizadas, suas práticas são entendidas como “miudezas” ou “complemento”.

Para Ferreira e Mattos (2017) as mulheres não só estão à frente de grande parte das experiências de produção agroecológica (quintais produtivos, hortas comunitárias, trabalho com sementes crioulas e outros), como também são elas que cotidianamente vêm (des)construindo os saberes e as práticas agroecológicas, a partir de um olhar feminista e interseccional, produzindo novos posicionamentos, consciência política e territórios, com reverberações importantes no que diz respeito, entre outras coisas, à pauta da autonomia camponesa, o enfrentamento as relações patriarcais dentro da unidade de produção familiar camponesa e na conquista de espaços políticos.

Nessa direção, concordamos com Elisabeth Cardoso (2019)⁹ quando ela afirma que sem a devida valorização do trabalho da mulher, não se desenvolve a agroecologia plenamente. Porque quando se trata de agroecologia, não nos referimos apenas a uma agricultura sem utilização de agrotóxicos, por exemplo, mas a um campo de conhecimento que articula e integra saberes populares e científicos, bem como aceita o desafio de produzir novos conhecimentos a partir desse encontro. E é nesse mesmo rumo que a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 208) aponta que é, a partir, de seus princípios e experiências concretas da agroecologia, que surge a necessidade de construção de relações mais igualitárias, da desconcentração de terra, do equilíbrio ambiental e da diversidade produtiva.

No marco da diversidade produtiva, as mulheres têm dado grandes contribuições para a manutenção de agroecossistemas. Nessa direção, trazemos duas experiências agroecológicas empunhadas por mulheres que habitam o semiárido sergipano e constroem cotidianamente resistências em suas práticas.

A primeira experiência está localizada no sertão do estado de Sergipe no povoado Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, as mulheres dessa localidade se

⁹ Entrevista disponível em <https://agroecologia.org.br/2019/03/08/se-nao-reconhece-o-papel-e-o-trabalho-das-mulheres-e-ntao-nao-e-agroecologia/> Acesso 05 de Set. de 2021.



organizam em torno de uma associação comunitária denominada Associação de Mulheres Resgatando sua História. Oficialmente a associação existe desde o ano de 2003, no entanto o trabalho com as mulheres teve início ainda na década de 1990 com a atuação da Congregação das Irmãs da Divina Providência.

Figura 1 – Comunidade Lagoa da Volta - Detalhes da Associação de Mulheres "Resgatando sua História".



Fonte: Trabalho de campo, 2020.



Ao se referir à associação de mulheres, a associada ML (63 anos, 2019) revelou seu carinho pela mesma, “eu sou apaixonada pela aquela associação, a associação mudou a vida aqui, foi a semente muito boa que ficou em Lagoa da Volta. Elas ajudaram a levantar a autoestima das mulheres”. Para além do afeto pela associação, a entrevistada aponta a importância dessa organização para a melhoria na vida das mulheres da comunidade.

Na ocasião do trabalho de campo à sede da Associação, pode-se observar as principais atividades desempenhadas pelas mulheres, podemos destacar o trabalho de produção de doces (balas de banana e geleias), apicultura (cuidado com as abelhas, produção e venda de mel), produção de hortaliças, produção de mudas (ervas, frutíferas e árvores nativas), minhocário (produção de húmus para ser utilizados nos viveiros), galinheiro e a casa de sementes.

A Associação historicamente constrói parcerias com organizações camponesas e da sociedade civil como o Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC), Dom Hélder Câmara, Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e outros. Por todas essas práticas, a Associação de Mulheres “Resgatando sua História” já foi contemplada com dois prêmios em âmbito nacional, sendo eles o “Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável”, em 2013, oferecido pelo Governo Federal e o “Prêmio Caixa Melhores Práticas”, 2015/2016, na categoria melhor prática mulheres e suas histórias.

A segunda experiência também vem do sertão sergipano na comunidade Bom Jardim, município de Poço Redondo. As mulheres dessa comunidade se organizaram em torno de uma casa comunitária de sementes construída em 2015, e que é oriunda de uma política pública conquistada junto ao MPA e ASA. O trabalho dessas mulheres está focado na produção, conservação e multiplicação das sementes crioulas, bem como, com a produção de hortaliças.



Figura 2 – Comunidade Bom Jardim – Detalhes da casa de sementes da Comunidade.



Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Segundo a camponesa responsável pela doação do terreno para a construção da casa de sementes, a casa comunitária possui uma grande importância para organizar e fomentar o trabalho com as sementes crioulas não só na comunidade, mas também para o território, pois ela ajuda na construção de uma rede que liga mulheres, suas práticas e saberes ancestrais de cuidado com a natureza.

Em ambas experiências as mulheres se destacam enquanto guardiãs da biodiversidade; produtoras de alimentos praticado em torno do sustento da unidade familiar, geralmente em sistema de integração entre quintal, arredores de casa, roçados; multiplicadoras de espécies animais e vegetais. Esse trabalho desempenhado pelas mãos femininas potencializa o sistema agroecológico

• Trabalho de Cuidado e Pandemia: Sobre qual vírus estamos falando?



A condição de exploração das mulheres através do trabalho reprodutivo não pago ou mesmo quando exercido junto a salários e precariedades, sobretudo no que diz respeito ao âmbito do cuidado, se desvela e aprofunda ainda mais no contexto da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 em todo o mundo, uma vez que este cenário provocou a visibilidade do cuidado enquanto serviço essencial à saúde coletiva e à vida.

No Brasil dos agrohidronegócios, monocultivos transgênicos e envenenados, mercantilização da natureza e alastramento da face capitalista da fome seria ingenuidade dizer que o trabalho árduo de cuidado, seja com seres humanos ou com a biodiversidade, é valorizado devido a seu caráter essencial para toda a humanidade.

Dessa forma, nossa inserção num modo de produção que privilegia o lucro e acumulação de riquezas na mão de poucos em detrimento, por exemplo, da prevenção de doenças, inclusive, via alimentação saudável e segura para o numeroso contingente de esfomeados que só tem, ainda, o ar dentro do estômago (DE JESUS, 1960)¹⁰ desvela a cruel realidade vivenciada nos dias atuais por milhares de brasileiras/os.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que a conta dos afazeres domésticos e do cuidado é alta – e também má distribuída, pois são exclusivamente as mulheres as pessoas historicamente designadas a estes trabalhos –, desvelando-se um dos maiores subsídios à economia.

Dentre preparar ou servir alimentos, cuidar da limpeza dos itens da casa, fazer pequenos reparos, cuidar de cultivos, plantas e animais, pagar contas e fazer compras para subsistência da família, as mulheres no Brasil desprenderam nesta pandemia, em média, mais de 61 horas semanais em trabalhos não remunerados. Esse esforço não valorizado equivale nada mais e nada menos que a 11% do PIB, sendo maior do que a

¹⁰ Após comemorar a redução da miséria, o Brasil retorna ao Mapa da Fome. Hoje já são 49,6 milhões de brasileiras/os em situação de insegurança alimentar moderada ou grave de acordo com dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial de Saúde (OMS). Este cenário se agravou junto à pandemia, às políticas neoliberais chefiadas pelo ministro da economia Paulo Guedes e à omissão e descaso do atual presidente Jair Messias Bolsonaro frente à situação do país neste contexto. De acordo com levantamento divulgado pela *Food For Justice – Power, Politics and Food Inequality in a Bieconomy* da Universidade de Berlim em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UNB), na pandemia 13,6% de brasileiras/os acima de 18 anos já ficaram um dia sem nenhuma refeição.



produção de qualquer indústria, inclusive, sendo o dobro do que o setor agropecuário produz no Brasil (IPEA, 2019).

De acordo com o relatório “Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade” da Oxfam Brasil (2020), as mulheres dedicam 12,5 bilhões de horas diariamente ao trabalho de cuidado não pago, representando uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões anualmente à economia global.

Vale ressaltar que os 2.153 bilionários do mundo possuem em seus bolsos mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas – total que representa 60% da população mundial –. Não surpreende que a maior parte dos mais ricos do mundo sejam homens, haja vista que historicamente eles detêm o poder da propriedade privada em suas mãos. Um bom exemplo disto é que os 22 homens mais ricos do mundo possuem mais riqueza do que todas as mulheres da África juntas (OXFAM, 2020) revelando a materialidade da desigualdade expressa pela simbiose Classe-Sexo-Raça.

Também é reiterado na pandemia que o cuidado, mais que nunca, está no centro da sustentabilidade da vida, e por entendermos que o que se apresenta na realidade hoje não tem relação somente com a pontualidade dos fatos conjunturais, nos questionamos: Como defender a vida estando esta inserida na dinâmica de um sistema que se fundamenta e expande causando a própria insustentabilidade da vida – entendida enquanto supérflua e insignificante – frente à ostensiva destruição de várias das suas dimensões em detrimento da ideia de que “A economia não pode parar”¹¹?

A produtividade destrutiva do capital se entranha ideologicamente no cotidiano “[...] enquanto a economia de mercado perversamente cria o fetiche da necessidade lucrativamente produzida a serviço da reprodução ampliada do capital” (CONCEIÇÃO, 2004, s/n.) inviabilizando a possibilidade de existência de uma vida digna dentro desta lógica.

Assim, reafirma-se que a vida, embora não deva ser objetificada e mercantilizada, é constantemente regida pela dinâmica do capital que atua ampliando os

¹¹ Discurso proferido pelo atual ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, acerca da necessidade, ou não, da continuidade do fechamento dos comércios devido à política de isolamento social adotada na tentativa de conter o avanço da doença Covid-19.



privilégios sociais de classe por meio do acúmulo de riqueza simultâneo ao aprofundamento das desigualdades que assolam, nesse contexto, principalmente as mulheres da classe trabalhadora.

Por fim, a própria dinâmica de trabalho das mulheres na pandemia contradiz o referido discurso de Guedes, tendo em vista que os trabalhos necessários à manutenção da vida – como o de cuidado – não puderam parar de ser realizados. Inclusive, as triplas jornadas de trabalho agora se tornam quádruplas, pois com o fechamento das escolas, além de cuidadoras em tempo integral, muitas mulheres e mães foram também responsabilizadas pela educação formal e alfabetização de filhos em idade escolar.

CONSIDERAÇÕES

Evidenciou-se que o cuidado, forma de trabalho realizada primordialmente por mulheres, toma a dimensão subvalorizada devido a condição social simbiótica do Capitalismo-Patriarcado-Racismo que impõe um caráter submisso para as mulheres, e intencionalmente subverte o trabalho realizado em atividades que remetem a um “destino natural”, e financeiramente como “complemento”, esvaziando o sentido ontológico do trabalho.

Tal condição é funcional ao sistema socioeconômico, pois o trabalho (não pago) do cuidado que produz material e imaterialmente a realização da vida, gera maior acumulação de riqueza à classe dominante, que tem como modo de relação a exteriorização do outro (as mulheres) e da natureza, o que torna a prática da exploração algo naturalizado.

A exploração da natureza expõe a destrutividade promovida pelo agronegócio que envenena, queima e mata em nome de um “desenvolvimento” pautado na mercantilização da vida, tornando-a, desde esta lógica, insustentável. Portanto, discutir o cuidado é apresentar também como, mesmo diante de tal condição social, são as mulheres que se organizam e vêm fortalecendo a relação entre feminismo e agroecologia como forma de romper essa exteriorização.

A aproximação com a agroecologia trouxe para as mulheres processos de transformação de consciência sobre a importância de seus trabalhos na produção de alimentos e conservação da natureza. No tocante desse processo, também questiona-se o



lugar de submissão que historicamente as mulheres foram colocadas dentro da unidade familiar de produção camponesa, assim, as práticas agroecológicas contribuem na construção de novas relações.

REFERÊNCIAS

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista:: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Revista dos Pós-Graduandos em Ciências Sociais**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018.

BOTTOMORE, Tom (coord). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável**. Revista Esforia: Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas/UFSC, 2004, v. 2, ano 2, p. 79 – 91.

COSTA, Rakuel Samara Silva. **Pra não dizer que não falei das flores**: um estudo sobre relações gênero e biodiversidade no semiárido pernambucano. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n.132, set./dez. 2007.

MADELEY, Jonh. **O comércio da fome**. Trad: Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARX, Karl. **Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política**, 1859. Versão Online: compilação de contribuições oriundas de "O Vermelho", Formatado para o MIA por: BRAZ, José. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/index.htm>>, acessado 20 de janeiro de 2019.

MORAES, Juliana Lúcia Costa Santos.; FONSECA, Ana Flávia Quintão. **Agroecologia, saúde e mulher**. 2018. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2018/10/30/agroecologia-saude-e-mulher.html>> acesso em 16 de Jun. 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito ou realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, 2009.